

**A CLASSE MÉDIA EM QUESTÃO: O DEBATE MARXISTA SOBRE A INSERÇÃO  
DE CLASSE DOS ASSALARIADOS NÃO-MANUAIS**

**THE MIDDLE CLASS IN CAUSE: A DEBATE MARXIST WITH THE INSERTION  
OF THE NON-MANUAL SALARIED EMPLOYEES**

**Patrícia Vieira Trópia<sup>1</sup> – [tropia@uol.com.br](mailto:tropia@uol.com.br)**

**Resumo**

O objetivo deste artigo é discutir como o debate em torno da inserção de classe dos trabalhadores não-manuais tem sido travado dentro do campo teórico marxista. Entendemos que há, além das breves indicações presentes na obra marxiana sobre trabalhadores produtivos/improdutivos, uma longa e profícua discussão realizada pela tradição marxista que tem sido, senão desconhecida ao menos, desconsiderada por parte dos pesquisadores. Enquanto até a década de 1960, a tese predominante no campo marxista foi a da proletarização dos trabalhadores não-manuais e sua consequente inserção no proletariado, a partir de então surgem proposições que tratam os assalariados não-manuais como uma classe específica. Os trabalhadores não-manuais são trabalhadores assalariados que realizam um trabalho investido de conteúdos simbólicos, rituais e de elementos culturais que os distinguem da classe operária. São símbolos não necessariamente reconhecidos por todos os segmentos sociais, mas reconhecidos pelos segmentos que os secretam. Vale dizer que o conceito fisiológico de trabalho não-manual deve ser superado, pois não se trata de um trabalho de quem não se esforça, que não sua, que trabalha com a cabeça. Por sua vez, o trabalhador não-manual não se restringe àquele que possui formação escolar ou ao cientista, por isso optamos pela expressão não-manuais ao invés de intelectuais. Entendemos também que esta discussão é condição necessária para que os estudos e pesquisas sobre a inserção de classe dos professores, no interior do campo crítico e marxista, se desenvolvam e expliquem, de forma eficaz, os conflitos e contradições presentes no interior da luta social dos trabalhadores em educação pela transformação da educação e da própria sociedade.

---

<sup>1</sup> Patrícia Vieira Trópia, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, docente da PUC-Campinas e pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp – Cemarx.

Palavras chave: Classe média, educação, meritocracia

## **Abstract**

This work aims to discuss how the debate on the class integration of non-manual workers has been framed within the Marxist theoretical field. We understand that, beyond the short remarks on productive/unproductive workers in Marx works, a long and fruitful discussion has been held by the Marxist tradition, which, if not unknown, has been unacknowledged by part of the researchers. While the thesis of the proletarianization and consequent integration of the non-manual workers into the proletariat used to prevail in the Marxist field until the 1960s, from then on some propositions have treated them as a specific class. Non-manual workers are salaried employees who perform a work laden with ritual and symbolic content and cultural elements, which distinguishes them from the working class. Not necessarily recognized by all the social segments, such symbols are acknowledged by the segments that yield them. Since it is not limited to the work of people who use their heads, but do not make efforts or sweat, the physiological concept of non-manual work has to be surpassed. Yet, as non-manual workers do not design educated people or scientists only, we preferred the term non-manual to intellectual. In our view, this discussion is the necessary condition to develop studies and research, within the critical and Marxist field, on the class integration of teachers and explain efficiently the conflicts and contradictions present in the social struggle of education workers to transform both education and society itself.

Keywords: Middle class, education, meritocracy.

## **I. Introdução**

O debate sobre a inserção de classe dos trabalhadores em educação está situado em dois campos teóricos relacionais. Um deles é o campo da sociologia das classes sociais, cujo conceito central – o de classe social – assume, em cada perspectiva teórica, significados diferentes. Outro é o campo da sociologia da educação que estuda, entre outros temas, os movimentos sociais. Deve-se reconhecer que o importante debate sobre a inserção de classe dos trabalhadores em educação não tem sido proporcionalmente acompanhado por estudos que busquem analisar a própria condição de trabalho dos educadores a partir de uma perspectiva de classe. Pode-se aventar algumas hipóteses

explicativas desta lacuna. Em primeiro lugar, o movimento de professores é relativamente recente quando comparado ao movimento operário. Por sua vez, grande parte dos estudos sobre os trabalhadores em educação está voltado para uma discussão da identidade profissional e da presença da ideologia dos dons e do sacerdócio, tão presentes nas representações sociais e dos próprios professores acerca de seu trabalho. Finalmente, a complexidade do próprio tema, pode ser um indicador daquela lacuna. Nosso objetivo com este artigo é discutir como o debate em torno da inserção de classe dos trabalhadores não-manuais - vale dizer dos trabalhadores assalariados que realizam um trabalho investido de construídos simbólicos, rituais e de elementos culturais que os distinguem da classe operária - tem sido travado dentro do campo marxista<sup>2</sup>. Entendemos que há, além das breves indicações presentes na obra marxiana sobre trabalhadores produtivos/improdutivos, uma longa e profícua discussão, realizada pela tradição marxista, que tem sido, senão desconhecida ao menos, desconsiderada por parte dos pesquisadores. Entendemos também que esta discussão é condição necessária para que os estudos e pesquisas sobre a inserção de classe dos professores, no interior do campo crítico e marxista, se desenvolvam e expliquem, de forma eficaz, os conflitos e contradições presentes no interior da luta social dos trabalhadores em educação pela transformação da educação e da própria sociedade.

## **II. A tradição marxista e a questão da proletarianização dos assalariados não-manuais**

Uma das polêmicas que tem motivado a sociologia, particularmente a marxista, é a inserção de classe dos trabalhadores assalariados não-manuais. A diversidade terminológica conferida a este segmento social – classe média, proletários educados, terciários, colarinhos brancos, nova pequena burguesia, posições contraditórias de classe, assalariados médios, grupos funcionais – é apenas uma mostra diante da polêmica propriamente dita travada pela bibliografia. O objetivo deste texto é discutir o

---

<sup>2</sup> Entende-se como não-manuais os trabalhadores assalariados que realizam um trabalho investido de conteúdos simbólicos, rituais e de elementos culturais que os distinguem da classe operária. A concepção fisiológica corrente, segundo a qual os não-manuais são aqueles trabalhadores que no ato de seu trabalho “usam a inteligência”, deve ser, no nosso entendimento, superada. Não se trata de um trabalho de quem não se esforça, que não sua, que trabalha com a cabeça. Por sua vez, o trabalhador não-manual não se restringe àquele que possui formação escolar ou ao cientista, por isso optamos pela expressão não-manuais ao invés de intelectuais.

encaminhamento dado pelo pensamento marxista à inserção daqueles trabalhadores na estrutura de classes.

Motivados pelo crescimento significativo dos assalariados não-manuais, verificado a partir do século XX, e pela nova configuração da estrutura ocupacional, alguns sociólogos lançaram-se na empreitada de analisar os limites de classe entre os assalariados manuais e os assalariados não-manuais. Por um lado, o debate teórico buscou equacionar o pertencimento de classe dos assalariados não-manuais em três direções: fundindo-os aos proletários, ou aos burgueses, ou tendo uma inserção específica de classe. Por outro, este debate foi aguçado pela necessidade de compreender as posições políticas assumidas por aqueles trabalhadores em diferentes conjunturas. Algumas questões, como as que se seguem, tornaram-se recorrentes. Do lado de quem estão os assalariados não-manuais? A proletarização sócio-econômica levou este segmento de trabalhadores a um alinhamento com o movimento operário? Ou ainda: os assalariados não-manuais, por se constituírem como classe, teriam uma orientação e, em consequência, um comportamento político, invariavelmente, anti-operários? Vejamos o debate teórico sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais.

Dentro da tradição marxista, até aproximadamente a década de 1970, a maioria dos autores trabalhava com um conceito amplo de proletariado. Baseada na tese marxiana da bipolarização social presente no *Manifesto do Partido Comunista*, a totalidade das análises concebia os assalariados não-manuais como proletários. A tendência central na teoria marxiana era, ao mesmo tempo em que Marx sugeria um crescimento das classes médias, a polarização das relações de classe no desenvolvimento capitalista.

“A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. Entretanto, a nossa época; a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX e ENGELS, 1975).

Alguns teóricos e intelectuais comunistas reduziam, até então e influenciados pela tese da bipolarização social, a determinação de classe ao assalariamento, na medida em que concebiam a compatibilidade da divisão entre trabalho manual e trabalho não-manual com o socialismo. Para estes autores, a divisão do trabalho não seria um elemento inerente ao capitalismo, mas próprio a toda formação social - inclusive à socialista. Diante das

hipóteses que colocavam em xeque o papel hegemônico e revolucionário da classe operária, e em função do fenômeno da terciarização (vale dizer do crescimento numérico dos trabalhadores do setor de serviços),<sup>3</sup> a solução encontrada pelos marxistas foi, então, acrescentar os trabalhadores não-manuais ao operariado, supondo, assim, que a predominância numérica dos operários fosse condição para sua hegemonia política. Essa concepção é evidente em um coletânea, publicada no início da década de 1960, composta por artigos de intelectuais comunistas (RUMIANTISEV, 1963). Presos à tese da bipolarização social, tais intelectuais analisam os reflexos da etapa monopolista do capitalismo na estrutura de classes, mais precisamente, o aumento numérico dos assalariados não-manuais. Argumentam que os assalariados não-manuais engrossariam as fileiras operárias, mantendo-se, assim, a capacidade hegemônica do proletariado latente.

Braverman, no início da década de 70, sustentava a mesma tese da fusão dos trabalhadores de escritório e comerciários do setor atacadista e de supermercados ao operariado (BRAVERMAN, 1980). Braverman acrescentava, entretanto, um novo enfoque à questão. Partia do princípio segundo o qual aqueles trabalhadores não podiam, na fase do capitalismo monopolista, fazer parte da classe média. A distinção entre trabalho manual e trabalho não-manual não valeria mais no moderno mundo do trabalho nos escritórios e em certos setores do comércio. A gerência científica teria concentrado as tarefas de coordenação do processo de trabalho e padronizado de tal forma o trabalho nos escritórios que, tal como na fábrica, os processos que antes eram evidentemente mentais se tornaram repetitivos e rotineiros, vale dizer, manuais. A automação, a origem social proletária e o emprego de trabalhadores não-qualificados são apresentados como critérios suficientes para posicionar os assalariados não-manuais na mesma classe dos operários. Apesar de inserir os assalariados não-manuais no proletariado, Braverman constituiria, até aquele momento, exceção dentro da tradição marxista na medida em que lançava mão de outros critérios, além do mero assalariamento, na determinação de classe dos não-manuais.

Salvo engano, as primeiras tentativas de dar um tratamento teórico específico aos assalariados não-manuais, depois da Segunda Guerra Mundial, surgem fora da tradição marxista com os trabalhos de Mills (1979) e Lockwood (1962). Os colarinhos brancos, apesar da proximidade econômica com os operários (trabalho assalariado e nível salarial), proclamam um status superior frente ao trabalho manual, condição de sua exclusão da classe operária (MILLS, 1962). Para Lockwood, face à tendência de aproximação

---

<sup>3</sup> É o caso dos trabalhos de inspiração weberiana (MILLS, 1979; LOCKWOOD, 1962).

econômica e de status entre classe operária e colarinhos brancos, é a situação de trabalho que determina a inserção de classe dos colarinhos brancos (LOCKWOOD, 1962: 219). Estes trabalhos foram produzidos nas décadas de 50 e 60 dentro de uma dupla problemática: política e teórica. Para estes autores a tese marxiana do *Manifesto do Partido Comunista* bem como uma pretensa fusão de interesses de todos os trabalhadores assalariados ao socialismo estaria sendo superada, face ao aumento numérico da nova classe média. A situação de classe - assalariamento e nível salarial - seria insuficiente para definir os interesses e a prática dos assalariados não-manuais. Imprescindível seria portanto considerar a hierarquia de status destes trabalhadores.

Mills (1979) utiliza basicamente dois critérios para definir classe social: o critério de situação de classe que diz respeito ao rendimento - montante de salário ou renda - e à propriedade, bem como o critério de situação de status - prestígio social. No que respeita a propriedade, os colarinhos brancos estariam na mesma situação de classe dos operários. No que tange aos rendimentos o que se nota é uma crescente aproximação entre operários e colarinhos brancos. Entretanto o traço distintivo e decisivo é o prestígio proclamado pelos colarinhos brancos. Qualquer que seja o nível da pirâmide dos colarinhos brancos, do mais alto ao mais baixo, todos reivindicam um status mais elevado do que o operário.

Wright Mills atribui à luta pelo status um dos principais fatores de diferenciação social dos colarinhos brancos. Se para alguns grupos a fonte de status deriva da qualificação – como seria o caso dos professores - ou do poder dos cargos e ocupações – burocracia civil ou militar -, outros assalariados não manuais, como os comerciários e bancários, derivariam seu status - diferenciando-se do operariado - do empréstimo de status dos fregueses; da imagem social; do poder econômico ou da maior ou menor sofisticação dos estabelecimentos em que trabalham; e por fim do fato de estarem em contato com o público. Para Mills uma possível sociabilidade, derivada da padronização e rotinização da função de vendedor, estaria bloqueada pelo controle que se faz, atualmente, da personalidade dos vendedores. Esse gerenciamento, controle e padronização da personalidade assumiu a forma de um mercado de personalidades e cumpre a função política de causar desconfiança e auto-alienação entre os trabalhadores do comércio. É portanto a partir da luta pelo prestígio específico de cada ocupação - dependente portanto de cada condição de trabalho - que se pode compreender o comportamento dos colarinhos brancos.

Lockwood (1962) afirma que os trabalhadores de classe média têm gozado de vantagens materiais: salários melhores, relações pessoais com o patronato, maior

estabilidade no emprego, maior possibilidade de ascensão funcional e melhores condições de trabalho. Além disso, no que tange à situação de trabalho, se a fábrica cria possibilidade de identificação comum e solidariedade entre os operários - operando na consciência - o escritório, contrariamente, dificulta os vínculos entre os funcionários. O tamanho dos escritórios, a fragmentação interna, as diferenças de status e autoridade constituiriam elementos da situação de trabalho, os quais contribuiriam fundamentalmente na determinação da consciência dos trabalhadores de classe média.

Notamos que tanto Mills quanto Lockwood dão relevo ao estudo da situação de trabalho enquanto categoria explicativa do comportamento dos colarinhos brancos.

Um outro autor, cuja filiação ao marxismo é algo polêmica, também enfatiza a luta pela distinção como um traço da estrutura social capitalista. Trata-se do pensador francês Pierre Bourdieu. Em seu livro, *La distinction*, Bourdieu evidencia que a busca pela distinção social é um traço característico de todas as classes sociais e que as camadas médias, tão logo vejam seus *habitus* de classe serem incorporados por outras classes, lutam por modificar e elevar simbólica e culturalmente suas características, qualificações, padrões de comportamento, hábitos de consumo, entre outras (BOURDIEU, 1979). Neste sentido, se a luta pela distinção social é uma característica dos segmentos médios para Wright Mills, para Bourdieu ela é um traço presente em todas as classes e camadas sociais.

### **III. A contribuição do estruturalismo marxista**

O fenômeno da proletarização dos assalariados não-manuais começou a ser problematizado, dentro da teoria marxista, a partir do trabalho do greco francês Nicos Poulantzas (1968). No livro, *Poder Político e Classes Sociais*, o conceito ampliado de proletariado é frontalmente criticado por Poulantzas. A contribuição deste autor é significativa – e talvez a mais importante – no debate marxista sobre os trabalhadores não-manuais. Para Poulantzas, as relações de produção – ao contrário da aceitação que dominava a tradição marxista – não se reduzem às relações econômicas (POULANTZAS, 1974). Neste sentido, seria um equívoco estabelecer a discussão sobre o pertencimento de classe dos assalariados não-manuais – que Poulantzas denomina nova pequena burguesia – a partir de critérios estritamente econômicos e, no limite, restringir esse critério ao assalariamento. O caráter produtivo ou improdutivo do trabalho é igualmente necessário para situar, nas relações econômicas, aquele segmento social. Não obstante o crédito à propriedade dos meios de produção e ao caráter do trabalho, as relações políticas e

ideológicas são igualmente fundamentais na determinação de classe, dada a polarização característica da nova pequena burguesia relativamente à burguesia e à classe operária. Segundo Poulantzas, disposições ideológicas comuns unificariam a pequena burguesia tradicional e os assalariados não-manuais em uma nova classe – denominada por ele de 'nova pequena burguesia'. O individualismo pequeno-burguês, a ideologia da ascensão social, a meritocracia e o mito do Estado protetor comporiam os traços ideológicos principais da nova pequena burguesia.

A defesa mais contundente da proletarização dos assalariados não-manuais, no debate marxista recente, é feita por Olin Wright. O lugar de classe dos trabalhadores não supervisores, não autônomos e improdutivos é a classe operária, afirma. Olin Wright aposta na unidade ideológica dos trabalhadores produtivos e improdutivos, ao contrário de Poulantzas. Ele pergunta-se: faltará aos trabalhadores improdutivos em geral um interesse de classe no socialismo? A resposta a esta pergunta foi, em seu primeiro trabalho, teórica (OLLIN WRIGHT, 1981). Tanto faz para o capital, se o trabalhador produz mais-valia diretamente – assalariado produtivo – ou apenas reduz os custos para o capitalista se apropriar de parte da mais-valia produzida em outro setor – assalariado improdutivo. O capitalista tudo fará para aumentar a produtividade, estender a jornada de trabalho, levar os salários aos mais baixos patamares e, finalmente, eliminar todas as possibilidades de controle do processo de trabalho. Há uma coincidência de interesses entre produtivos e improdutivos e, portanto, de atitudes de classe face ao socialismo: este último seria concebido por todos os assalariados como requisito para eliminar a exploração. Num artigo publicado nos anos de 1980, Olin Wright (1963) reafirma sua posição, tomando por base, contudo, pesquisas empíricas. Olin Wright realizou uma enquete que explorava a proximidade/distância entre as atitudes de classe dos trabalhadores improdutivos relativamente aos trabalhadores produtivos. Ele concluiu, pelas respostas dadas, que havia mais proximidade do que distância entre as posições destes dois segmentos de trabalhadores. E, finalmente, derivou deste dado empírico que haveria uma fusão dos trabalhadores improdutivos e dos produtivos na mesma classe.

A polêmica sobre os assalariados não-manuais encontrou um novo impulso com os trabalhos de Décio Saes (1977). As proposições de Saes são devedoras das primeiras análises de Poulantzas, que desenvolveu um conceito restrito de classe operária e por esta via lançou uma discussão mais abrangente – e complexa – sobre os trabalhadores não-manuais. Se é verdade que Saes aceita esta tese, ele contudo refuta o conceito de nova pequena burguesia cunhado por Poulantzas. Além do equívoco de incluir, na mesma classe,

pequeno burgueses e assalariados não-manuais, Saes aponta para a existência de uma unidade ideológica própria dos assalariados não-manuais: a ideologia da meritocracia. Na concepção de Saes, mesmo existindo uma heterogeneidade de práticas e orientações entre os assalariados não-manuais, haveria uma unidade ideológica entre eles. Vejamos com maior rigor esta polêmica tese, na medida em que para este autor é a filiação dos assalariados médios a uma ideologia o critério definidor de seu pertencimento de classe.

A hipótese de Saes para explicar a inserção dos assalariados não-manuais na classe média parte do conceito, como já assinalamos, de ideologia da meritocracia. Para Saes a classe média não é um bloco homogêneo, nem pode ser caracterizada no nível econômico, exclusivamente. Segundo ele a distinção entre trabalhador produtivo e trabalhador improdutivo levada a efeito por Marx no famoso *Capítulo VI Inédito* de *O Capital* é insuficiente para distinguir os assalariados manuais dos não-manuais<sup>4</sup>. Trabalhador improdutivo e classe média não seriam conceitos coincidentes pois a posição comum no processo social de produção – ou seja o fato de não participarem diretamente do processo de produção de mais-valia, ao contrário dos produtivos – parece-lhe insuficiente para produzir uma orientação ideológica e política comuns.

A classe operária, segundo Saes, pela sua condição de produtores diretos de mais-valia, vive cotidianamente a oposição entre capital e trabalho. Tal oposição impediria que a hierarquia dos salários ou a escala de qualificações, por exemplo, neutralizasse a tendência à sociabilidade. Para os assalariados improdutivos porém a questão é distinta. A condição de trabalhador improdutivo, para Saes, produz um efeito muito particular sobre este subconjunto de assalariados: dificulta que eles concebam a separação entre trabalho manual e trabalho não-manual como uma contradição fundamental das relações capitalistas.

Ora, se o fenômeno do despotismo está presente também nos escritórios – como apontava Braverman – nas instituições públicas, no comércio e até mesmo em muitas situações de trabalho docente, ele não produz o mesmo efeito sobre estes trabalhadores. A separação entre trabalho manual e trabalho não-manual aparece para tais trabalhadores como uma hierarquia natural fundamentada nos dons e nos méritos pessoais. Mais precisamente, a ideologia da meritocracia à medida que apaga da consciência destes trabalhadores o fato de serem explorados tanto quanto os assalariados produtivos, substitui

---

<sup>4</sup> É preciso ressaltar que a identificação da natureza produtiva ou improdutiva dos processos de produção tem informado várias análises e estudos sobre os assalariados médios.

tal contradição pelas diferenças: o sentimento de superioridade, o preconceito, a marginalização social e inúmeras formas de segregação social – representações sociais tão comuns entre os assalariados não-manuais – seriam reações à igualização social dos trabalhadores. Os assalariados não-manuais, por estarem sob efeito da ideologia da meritocracia, concebem suas relações de trabalho como relações entre pessoas ou, no limite, como relações entre grupos profissionais, bem como as desigualdades sociais como diferenças de capacidades, oportunidades, talentos, dons, vontades, esforços; enfim diferenças individuais. Assim, seria a submissão à ideologia da meritocracia o elemento que definiria a inserção dos setores médios – isto é, dos assalariados não-manuais – numa classe específica.

Outra importante contribuição do trabalho de Saes foi ter analisado o fracionamento da classe média. A variação nas orientações e nas práticas políticas dos setores médios nas conjunturas – questão que sempre intrigou os analistas políticos – deve ser entendida como um fenômeno complexo e não redutível à determinação econômica. Para Saes, trata-se de um equívoco derivar a inserção de classe, burguesa ou operária, dos assalariados não-manuais das posições defendidas por eles. O fenômeno da basculagem deve ser entendido como característico da classe média, ou seja, a "(...) recusa à equalização social é o limite dentro do qual os grupos médios podem oscilar à esquerda e à direita, sem perder por isso sua identidade" (SAES, 1985: 15; grifos nossos). Mas como compreender o fenômeno da basculagem da classe média?

Para analisar o comportamento político – e sindical – dos segmentos de classe média, Saes, então, indica a pertinência da análise da situação de trabalho. A situação de trabalho dos assalariados não-manuais determina e condiciona a sua prática sindical. Dependendo das variáveis que envolvem o trabalho destes assalariados - tamanho das empresas, maior ou menor "autonomia" e poder de decisão no trabalho, grau de escolaridade, forma de remuneração, maior ou menor estabilidade no emprego, burocratização do trabalho ou predomínio de relações pessoais, etc. - o seu comportamento sindical assume formas diferenciadas.

A partir das contribuições de Saes, um amplo campo de estudos dentro do marxismo, como por exemplo sobre o sindicalismo de classe média, foi fecundado.

#### **IV. O debate recente sobre a classe média – a influência dos estudos sobre os novos movimentos sociais**

O debate recente sobre a classe média assumiu, contudo, novos contornos. A crise do socialismo real, o avanço do neoliberalismo e do pensamento de direita tiveram impacto social profundo na vida política e social. Não apenas as condições econômicas e políticas se reformaram, mas igualmente o campo teórico social. Ganhou força a sociologia das profissões e, paralelamente, refluíram os trabalhos de pesquisa baseados nas teorias crítico-reprodutivistas, sobretudo da escola francesa de Bourdieu e Passeron. Ao mesmo tempo, o marxismo em geral e o estruturalismo marxista em particular foram afetados pelo avanço das teorias pós-modernas ou por leituras revisionistas. Neste sentido, o conhecimento acumulado pela sociologia marxista estruturalista perde espaço na academia e novamente a inserção de classe dos trabalhadores não-manuais é deixada de lado. Vejamos qual o curso teórico dos movimentos sociais.

Fora do marxismo, surgem, nos anos de 1970 e 80, várias interpretações dos movimentos de protesto, bem como das mobilizações e das ações coletivas. Uma delas, elaborada por Gouldner (1979) identifica nos movimentos sociais a expressão de interesses de uma Nova Classe, a dos intelectuais e da inteligentzia técnica, que então emergia socialmente. Segundo Sallum (2005) “os movimentos contra o establishment acadêmico, pela paz, pelos direitos civis, pelos direitos da mulher ou por proteção ambiental, são entendidos por Gouldner como formas de ampliar o acesso a empregos e melhores condições de trabalho para os profissionais de classe média e/ou para racionalizar o exercício do poder restringindo o arbítrio das corporações e do Estado”.

Outra interpretação, próxima ou filiada ao marxismo, foi formulada, em sua maioria por autores europeus, sobre os novos movimentos sociais. Seus principais representantes são Claus Offe (1985a, 1985b), Alberto Melucci (1980, 1985), entre outros. Estes teóricos partem de um diagnóstico, segundo o qual, o capitalismo estaria passando por uma fase pós-industrial, transformando-se em uma sociedade de serviços ou da informação.

Esta bibliografia sobre os novos movimentos sociais desenvolveu uma análise decurada da discussão sobre classe social. Os movimentos sociais são, inclusive, denominados de novos movimentos sociais pois seriam marcados por outras características sócio-econômicas e políticas, as quais ultrapassariam, na visão de seus principais teóricos, os limites de classe. Os movimentos ambientalista, pacifista, anti-globalização, pelos direitos humanos, entre outros, seriam, assim, movimentos cujas reivindicações e motivações teriam uma outra natureza, uma natureza algo distinta das questões relacionadas ao trabalho, às condições sociais e políticas – típicas dos movimentos sociais tradicionais. Na perspectiva dos autores dos novos movimentos sociais, a questão de classe não se

colocaria, dado que as motivações dos atores destes novos movimentos seriam de outra natureza. Mais ainda, os novos movimentos sociais não teriam qualquer especificidade de classe, pois suas demandas seriam dispersas e universalistas ou, então, específicas de coletivos distintos das classes.

Segundo Sallum (2005), “os teóricos dos Novos Movimentos Sociais não negam que, na sua fase pós-industrial, o capitalismo continue sendo uma sociedade de classes, embora sublinhem a ocorrência de mudanças importantes na estrutura social, especialmente o surgimento da nova classe média. No entanto, para eles os movimentos de protesto não são expressão de luta desta classe, mas sim portadores de reivindicações transclassistas em favor de uma sociedade civil mais autônoma em relação ao mercado e ao Estado”. Neste sentido, a inserção de classe dos ativistas ou militantes torna-se uma questão estranha aos teóricos dos novos movimentos sociais. Politicamente, o abandono da discussão sobre a inserção de classe pelos teóricos dos novos movimentos sociais tem repercussões que não podem ser desprezadas, sobretudo se imaginarmos que era neste campo da sociologia política que a discussão de classe tinha alguma guarida.

Novas interpretações e reflexões teóricas, desenvolvidas no final dos anos de 1990 e nos anos 2000, têm buscado retomar o debate sobre a relação entre classes, ação coletiva e política. É o caso dos trabalhos de Klaus Eder (2002). Inspirado nos trabalhos de Habermans, o trabalho de Eder procura não apenas discutir teoricamente a pertinência da inserção de classes dos movimentos e agentes sociais (de suas bases e de suas lideranças), mas procede a uma análise empírica dos novos movimentos sociais, reafirmando, sobretudo, a natureza de classe média destes novos movimentos sociais.

Interessa-nos no trabalho de Eder o conceito de classe média operado pelo autor. Para Eder, a noção de classe não pode mais estar relacionada ao lugar econômico, vale dizer aos interesses econômicos dos agentes que a compõem, mas consiste em uma determinação estrutural de oportunidades de vida para categorias de indivíduos que se unem e, ao mesmo tempo, têm seus espaços de mobilização e ação delimitados. Eder não nega a idéia de conflito social e afirma que tais conflitos são conflitos de classe. Mas compreende que tais conflitos são, cada vez mais, conflitos simbólicos – portanto culturais. A par do mérito de recolocar a discussão sobre a inserção de classe em geral, e da classe média em particular, no debate em torno dos novos movimentos sociais, Eder ao mesmo tempo em que ressalta a natureza simbólica dos conflitos de classe, rejeita, ao cabo de suas análises e de suas investigações, a pertinência da categoria trabalho. Eder, que realiza uma tipologia e uma classificação dos novos movimentos sociais, afirma que empiricamente

issn: 1808-799X

ano 6 - número 7 - 2008

o que se pode observar é uma crescente mutação do conflito econômico para o conflito cultural. Os novos movimentos sociais reagem cada vez menos contra a exploração do trabalho e cada vez mais contra a exploração da natureza. Pois bem, a classe média reagiria, ao compor os novos movimento sociais, a que interesses? A defesa da natureza, da ética, da paz seriam típicos de classe média?

Segundo nossa leitura, a reflexão e a pesquisa levada a cabo por Klaus Eder tem o mérito de chamar a atenção para os determinantes e condicionantes simbólicos e culturais para a análise dos novos movimentos sociais em geral e para a classe média, em particular. Mas, com todo rigor, Eder decura sua análise dos conflitos de classe e da contradição entre trabalho manual e trabalho intelectual, contradição fundamental para o entendimento da inserção de classe dos assalariados não-manuais.

## **V. Considerações finais**

Terminamos nosso trabalho ressaltando a importância do debate teórico sobre as classes sociais, particularmente sobre os assalariados não-manuais, para o entendimento da sociedade capitalista atual. Se é verdade que há um refluxo dos movimentos sociais tradicionais e um avanço de movimentos sociais de classe média, nem sempre a análise de tais movimento é acompanhada por uma discussão de classe. Em nossa área, como problematizaram Fonseca e Tumolo (2006), a discussão sobre a inserção de classe dos professores deve ser enfrentada e debatida.

A inserção dos assalariados não-manuais na estrutura de classes, com vimos, não é um questão teórica esquemática, nem consensual. A polêmica foi, e continua sendo, uma de suas marcas. O esforço de enfrentá-la acompanhou o pensamento marxista desde a sua origem. Desconsiderar, pois, tal polêmica é, no mínimo, querer escamotear a complexidade da realidade social.

Neste sentido, vale retomar o debate marxista estruturalista, segundo o qual a inserção de um segmento social na classe média não pode ser um procedimento classificatório abstrato. Poulantz e Saes, na tradição marxista, Mills e Lockwoode na tradição weberiana, abriram um campo fértil para a análise dos assalariados não-manuais, quando propuseram a análise da prática e das orientações dos assalariados de classe média. Para estes autores, a análise da situação de trabalho seria a chave para a compreensão do comportamento da classe média. Seria, portanto, a análise das situações

de trabalho concretas dos assalariados não-manuais (forma de remuneração, carreira, ethos da profissão, relação direta ou não com a produção, contato com o público, maior ou menor exigência de qualificação formal, experiência profissional, dons e méritos) decisiva para compreendermos suas manifestações políticas e, no limite, apelo ou não à ideologia meritocrática.

Patrícia Vieira Trópia, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, docente da PUC-Campinas e pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp – Cemarx.

## **Bibliografia**

BOURDIEU, Pierre. La distinction – critique sociale du jugement. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

EDER, Klaus. A nova política de classes. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

FONTANA, K. e TUMOLO, P. "Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990". Anais da ANPED, 2006. <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2092--Int.pdf>.

GOUDNER, Alvin. El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva classe. Tradução Nestor Míguez. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

LOCKWOOD, David. El trabajador de la clase media: um estudio sobre la consciencia de clase. Madrid: Aguilar, 1962.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. Lisboa: editorial Avante, 1975.

MELUCCI, Alberto. "The new social movements: A theoretical approach." Social Science Information 19: 199-226, 1980.

OFFE, Claus. "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics". Social Research, 52: 817-868, 1985b.

OFFE, Claus. Disorganized capitalism. Cambridge-USA: MIT Press, 1985a.

issn: 1808-799X

ano 6 - número 7 - 2008

OLIN WRIGHT, Erick. "O que é neo e o que é marxista na análise neomarxista das classes?". Revista Crítica de Ciências Sociais, no. 12, outubro de 1983, p. 9-39.

OLIN WRIGHT, Erick. Classe, Crise e o Estado. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

POULANTZAS, Nicos. Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui. Paris: Editions du Seuil, 1974.

POULANTZAS, Nicos. Pouvoir politique et classes sociales. Paris: François Maspero, 1968.

RUMIANTSEV, Alexei (org.) La estructura de la clase obrera de los países capitalistas. Praga: Editorial Paz y Socialismo, 1963.

SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SALLUM Jr., Brasília. Classes, cultura e ação. Lua Nova Revista de Cultura e Política. São Paulo, nº 65, maio-agosto de 2005.

WRIGHT MILLS, C. A nova classe média. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.